

**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região**ATA DE REUNIÃO Nº 01/2022****1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO****Nome:** Coordenação de Grande Porte – TRT2**Responsável:** Márcio Vinícius Gimenes Milan**2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO****Data:** 14/07/2022 **Hora:** 15h **Local:** Videoconferência **Tipo de reunião:** Reunião Inaugural**3. PARTICIPANTES**

Nome	Lotação
Bárbara Burgardt Casaletti	TRT4
Douglas Trugilho de Azevedo	TRT1
Eliane Silveira de Césaró	TRT4
Francisco José Fetter Furtado	TRT4
Gustavo Miranda da Silva	TRT2
Gustavo Santos	TRT1
Iara Cristina Gomes	TRT15
Ludmila Azalim Rodrigues da Costa	TRT3
Madison Gonçalves Trautmann	TRT4
Olavo de Oliveira Dantas	TRT3
Patrícia Andrade Castro Carvalho	TRT2
Patrícia Helena dos Reis	TRT3
Romy Bruxel	TRT4

4. PAUTA

- Apresentação dos membros;
- Avaliação Inicial da Proposta Inicial de Metas 2023.

5. DISCUSSÕES

O Diretor Márcio Milan esclareceu o objetivo da reunião, pontuando a importância da avaliação conjunta a respeito das metas pelos Tribunais de Grande Porte e o direcionamento a ser adotado, cruzando a realidade da Justiça do Trabalho com as metas propostas.

Em seguida, explanou o cronograma de revisão para 2023 e as propostas de metas para 2023:

- Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

- Meta 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus.
- Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual.
- Meta 5 - Reduzir em 1 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2022.
- Meta Específica – Promover a saúde de magistrados e servidores

O Diretor ressaltou que entende a Meta 1 como muito relevante e que a proposta encaminhada para avaliação dos subcomitês de estratégia a manteve por esse motivo. Salientou ainda que a pesquisa realizada demonstrou a satisfação da sociedade e a percepção positiva em relação aos atendimentos virtuais realizados. Destacou a preocupação da Justiça do Trabalho com os processos mais antigos e pontuou a necessidade de continuidade da Meta 2.

Quanto à Meta 03, o Diretor Milan pontuou que os resultados e a evolução dessa meta no TRT2 têm sido muito positivos, no entanto os cenários podem variar conforme a realidade de cada tribunal e que, portanto, ele deve ser avaliado localmente para subsidiar a discussão do subcomitê de grande porte e assim ele possa propor, eventualmente, algum ajuste nessa meta. Salientou a relevância da Meta Específica, o tema qualidade de vida e a continuidade da meta. No entanto, ponderou a dificuldade no cumprimento nos últimos anos em razão da pandemia.

O Diretor abordou a respeito da Gestão Administrativa Processual, destacando o direcionamento do CNJ a respeito da necessidade de o Poder Judiciário fomentar a inovação e a desburocratização da justiça.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Márcio Milan pontuou a relevância do tema, mas frisou que o TRT2 entende que a Justiça do Trabalho, como um todo, necessita de um direcionamento mais objetivo quanto as ações em nossa alçada que contribuiriam com o cumprimento dos ODS. Esclareceu que, apesar das importantes ações realizadas e em andamento, fomentar discussões que tenham como objetivo a construção de iniciativas coordenadas e complementares focadas na agenda 2030 da ONU, poderia contribuir para resultados mais efetivos.

Após, a Diretora Bárbara apresentou o trabalho realizado pelo TRT4, esclarecendo que as propostas foram analisadas localmente e partilhou algumas conclusões, a exemplo da manutenção das Metas Nacionais 1 e 2, por determinação da Resolução nº 325 do CNJ, e ação de contratação de PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) para cumprimento da Meta Específica relacionada à Saúde.

A Diretora Patrícia Helena pontuou a respeito da dificuldade de nomeação de servidores e magistrados e a manutenção de uma logística de fazer mais com menos pessoas. Citou que o TRT3 possui atualmente 500 vagas de lotação e a demanda crescente da sociedade em relação à



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

celeridade dos julgamentos e atendimentos. Ponderou a possibilidade de os Tribunais apresentarem uma ressalva oficial.

O Diretor Milan compartilhou do entendimento da Diretora Patrícia e ressaltou a dificuldade de negociação das metas, quando há cenário de redução de recurso orçamentários e de pessoas. Sugeriu que os Tribunais proponham metas que considerem na fórmula a capacidade de trabalhar com a inovação e a digitalização dos serviços, com o objetivo de reduzir a necessidade de estrutura para cumprimento das metas.

O Diretor Milan explanou a respeito da Prática de Mentoria de Varas realizada no TRT2. Destacou que é feito o diagnóstico, a implantação, o plano de ação e a execução do plano e ressaltou os resultados positivos alcançados e a aproximação da Estratégia com as demais Unidades do Tribunal. Abordou ainda sobre o Projeto Selo TRT2, esclarecendo que se trata de um parecido com o Prêmio Qualidade CNJ, mas sua avaliação não é comparativa e não visa preliminarmente a produtividade, mas valoriza as boas práticas. Salientou que por meio dessas iniciativas a Estratégia institucional está chegando aos poucos nas unidades judiciárias. Frisou a importância da busca por soluções criativas e viáveis, do trabalho estatístico e do compartilhamento de ideias e experiências.

A Diretora Lara sugeriu a ampliação do Projeto que trata das Extensões do PJe a todos os Tribunais, para que este possa fazer frente às demandas recorrentes que envolvem a inovação, a qualidade de vida dos servidores e magistrados e a celeridade na tramitação dos processos, já que as atividades repetitivas passam a ser feitas exclusivamente pela máquina, contribuindo para o deslocamento de servidores para atividades críticas das varas.

A Diretora Patrícia Helena ressaltou a necessidade de desenvolvimento da existência de projetos e metas compartilhadas, salientando a dificuldade de execução e o custo das iniciativas isoladas. Destacou os potenciais ganhos da atuação dos Laboratórios para a proposição de projetos conjuntos pelas unidades de Gestão Estratégica.

A servidora Romy pontuou a respeito do Sistema Sigest, e que antigamente os Tribunais lançavam nele suas iniciativas para que todos pudessem visualizá-las, mas que não houve grande adesão. Destacou que há dificuldade no uso da ferramenta e a necessidade de novas capacitações. O Diretor Milan pontuou que, normalmente, os tribunais optam por cadastrar ~~as informações~~ no Sigest apenas das iniciativas que necessitam ser reportadas e de interesse do CSJT, por isso entende que as demandas locais, ainda que vinculadas à estratégia, raramente são lançadas no sistema e são tratadas pelos processos dos próprios TRTs.

O Diretor Milan sugeriu que promovêssemos reuniões cuja pauta seja a troca de experiências e compartilhamento de ideias vinculadas à inovação e à inteligência institucional. O objetivo dessas reuniões seria o de somar esforços na concepção e na execução de tais iniciativas que reduzam a dependência orçamentária e de pessoal na busca das metas. Ponderou que essa é uma necessidade de “sobrevivência” dos tribunais no contexto atual e que as áreas de Gestão Estratégica têm papel essencial nesse processo, uma vez que são elas que possuem alçada para trabalhar nas transformações institucionais para os próximos seis anos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Por fim, o diretor alinhou o modelo de trabalho que será adotado nas próximas reuniões para a consolidação da proposta dos Tribunais de Grande Porte em relação às metas sugeridas. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

6. ENCAMINHAMENTOS

--	--	--

7. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: previsão início de agosto

8. ASSINATURA

Nome	Assinatura
Márcio Vinícius Gimenes Milan	